

## **Amazônia brasileira em disputa: a luta dos povos indígenas por autonomia e território**

Luciana Benetti<sup>1</sup>

### **Resumo**

A floresta amazônica, localizada na América do Sul, é considerada a maior floresta do mundo e também possui a maior biodiversidade do planeta. Sua extensão atinge nove países, dos quais 60% estão concentrados no nordeste do território brasileiro. Desde o processo de colonização, a natureza brasileira foi explorada e seus nativos dizimados. Ao longo dos séculos, isso foi perpetrado por meio do extrativismo, drenando recursos naturais da periferia do sistema para os países centrais, sustentando o desenvolvimento capitalista. Devido à ascensão do neoliberalismo e sua reorganização no mundo do trabalho, o Brasil sofreu uma desindustrialização e uma comoditização econômica. Esse processo levou ao avanço do agronegócio e da mineração sobre a Amazônia, causando não só o seu desmatamento, mas também o envenenamento das águas e o genocídio de seus guardiões. Os indígenas são hoje a principal força de resistência contra a destruição da natureza, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro em que os principais órgãos de defesa foram desmantelados. Além de proteger a biodiversidade e a própria natureza, os povos indígenas também lutam pela autonomia de seus territórios e a manutenção de suas próprias cosmopolíticas e cosmovisões. Para eles, a natureza não consiste apenas em matéria-prima a ser explorada, consumida e convertida em mercadoria para a acumulação capitalista. Através de revisão bibliográfica, análise documental e materialismo histórico, este artigo pretende analisar o impacto das forças político-econômicas em ação sob o modo de vida dos povos indígenas brasileiros, especialmente os Yanomami.

**Palavras-chave:** Amazônia; povos indígenas; território; cosmopolíticas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia Política Mundial pela UFABC, Mestra em Têxtil e Moda pela USP, graduada em Moda Universidade Feevale

## **Introdução**

A humanidade se encontra em um momento histórico em que sua existência está ameaçada por uma série de fatores que convergem para uma crise climática aguda, uma ruptura irreversível do metabolismo entre sociedade e natureza (FOSTER, 2000). Para Leff (2021), as respostas do capitalismo, o desenvolvimento sustentável, antecipam não mais uma crise, mas sim, uma catástrofe. A ruptura do metabolismo entre sociedade e natureza é a causa da grave crise climática planetária em curso atualmente. Alguns exemplos dessa crise são aumento da poluição atmosférica, efeito estufa e aquecimento global, queimadas e desmatamento, extinção de espécies e até de biomas inteiros, acumulação de resíduos, o surgimento de “ilhas” de plástico nos mares e oceanos acarretando a morte de milhares de animais anualmente, acidentes nucleares, desastres ambientais, uso de agrotóxicos e alimentos transgênicos e, mais, recentemente, o surgimento de novas doenças e epidemias graças à manipulação humana de espécies animais voltadas ao abate (WALLACE, 2020; LEFF, 2021; FOSTER, 2000).

O Brasil, peça chave nesse intrincado quebra-cabeças, assume um papel cada vez mais relevante. O que anteriormente destacava o país como grande reserva ambiental, hoje se torna motivo de preocupação internacional. Estima-se que a floresta amazônica já produz mais CO<sub>2</sub> do que é capaz de absorver (IPCC, 2021). O motivo é o avanço neoliberal intensificado através do desmonte ambiental acentuado durante a gestão do ex presidente, Jair Bolsonaro (2019-2022). Através de um projeto político voltado exclusivamente para o benefício de alguns grupos, sua gestão foi marcada pela aliança com o bloco ruralista e o apoio de mineradoras. Sua controversa política ambiental promoveu o avanço sem precedentes do desmatamento, o aumento na comercialização e uso de agrotóxicos, o aumento de queimadas, a facilitação da grilagem, da mineração ilegal e da caça em territórios indígenas, o envenenamento de populações por mercúrio e pesticidas usados em plantações, além do aumento significativo da violência no campo cujas vítimas, majoritariamente, foram os povos indígenas.

John Bellamy Foster (2000) resgata o conceito marxiano de metabolismo entre sociedade e natureza para explicar as crises climática e socioambiental. Segundo ele, os seres humanos só podem existir através de uma relação metabólica com o restante da natureza sendo que o desequilíbrio destas relações de interdependência, provocado pelo modo de produção voltado à acumulação, o capitalismo, desencadeia um processo

chamado ruptura metabólica (FOSTER, 2000; 2016). Este metabolismo, sob o sistema capitalista, adquiriu características de dominação e exploração voltadas à acumulação.

No neoliberalismo há uma intensificação das práticas de acumulação através de um Estado cada vez mais austero marcado por privatizações em massa e avanço extrativista nos países colocados à margem do sistema, como o Brasil, acelerando os processos de aquecimento global e crises climáticas pela acentuação da ruptura metabólica já existente entre sociedade e natureza (FERNANDES, 2020; FOSTER, 2016). Aqui, a justificativa neoliberal é de que o problema não tem origem apenas no desequilíbrio ecológico provocado pela expansão do capital, “mas também ao fato de não terem sido atribuídos direitos de propriedade e preços aos bens comuns” (LEFF, 2021, p. 118).

No Brasil, além do extrativismo mineral e petrolífero, o extrativismo agrícola é um marco a fase neoliberal iniciada após a desindustrialização do país. Pautada na produção e exportação de commodities, essa fase, além desencadear o avanço do desmatamento e acirramento de disputas no campo entre o patronato agrícola e povos indígenas e quilombolas, garantiu o surgimento de um bloco de poder ruralista de grande influência política. Apesar deste acirramento, povos indígenas vêm sofrendo roubo de terras, invasões e genocídio desde a chegada dos invasores europeus nas Américas. A luta pelo direito de existência caracteriza a história dos últimos cinco séculos destes povos.

Hoje, as forças de resistência e oposição aos avanços do capitalismo, que traz em seu enalço extrativismo, desmatamento, exploração, são dos povos originários. São eles que estão na linha de frente, no combate direto com essas forças hegemônicas que avançam sobre seus territórios e ameaçam seu modo de vida.

Diferentemente do que aconteceu em parte da Europa, populações colocadas à margem do sistema mantiveram saberes e conhecimentos tradicionais os quais sobreviveram às investidas constantes do capitalismo e sua racionalidade econômico científica. Povos originários de toda América Latina preservam a herança de seus antepassados através da resistência ao genocídio promovido desde a chegada dos europeus. Populações inteiras foram dizimadas, desterritorializadas, exploradas e escravizadas. Seus saberes e modo de vida “heréticos”, convertidos em bruxaria e “pecado”. No Peru, por exemplo, dissidentes fugiam para os Andes, para longe da Inquisição, se reorganizando em pequenas comunidades apartadas da “civilização”, sobrevivendo graças ao conhecimento tradicional herdado de seus antepassados.

A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos (KRENAK, 2019, n.p).

A luta pela sobrevivência se converteu também em luta pela manutenção de suas cosmovisões. Segundo Acosta (2016, p. 27) esses povos não podem ser considerados pré-modernos nem atrasados, “seus valores, experiências e práticas sintetizam uma civilização viva, que demonstrou capacidade para enfrentar a Modernidade colonial. Com suas propostas, imaginam um futuro distinto que já alimenta os debates globais”.

Na América Latina, nas últimas décadas, surgiram profundas propostas de mudança que se apresentam como caminhos para uma transformação civilizatória. As mobilizações e rebeliões populares – especialmente a partir dos mundos indígenas equatoriano e boliviano, Caldeirões de longos processos históricos, culturais e sociais – formam a base do que conhecemos como *Buen Vivir*, no Equador, ou *Vivir Bien*, na Bolívia. Nestes países andinos e amazônicos, propostas revolucionárias ganharam força política e se moldaram em suas constituições, sem que, por isso, tenham se cristalizado em ações concretas (ACOSTA, 2016, p. 23).

A Floresta Amazônica, neste contexto, devido à sua importância global no que tange às mudanças climáticas, se converteu no espaço simbólico destas disputas, onde o predatismo neoliberal avança de forma mais intensa sobre natureza e povos originários. No entanto, o Movimento Indígena resiste em todos os biomas brasileiros, de Norte à Sul do país, onde outras etnias igualmente são alvo da violência perpetrada e naturalizada durante os séculos de invasão e exploração.

## **O papel do Brasil na organização mundial do trabalho**

A floresta Amazônica, localizada na América do Sul, é considerada a maior floresta do mundo e possui a maior diversidade do planeta. Sua extensão alcança nove países, sendo que 60% do seu território está localizado na região Norte do Brasil. Sua vastidão e riqueza natural inestimável podem ser a chave para redução parcial do aquecimento global (IPCC, 2021). No entanto, ao mesmo tempo que sua importância para própria perpetuação da espécie humana torna-se evidente, envolvendo países e organizações não governamentais em todo o planeta, a floresta torna-se palco de disputas sangrentas entre defensores e exploradores. As mesmas características que a tornam motivo de esperança na contenção da crise climática, também a tornam motivo de alarme. Suas riquezas naturais inexploradas atraem garimpeiros, madeireiros e ruralistas que investem esforços por diferentes vias para acessar e explorar seus recursos.

Desde a colonização, a natureza brasileira foi explorada e seus povos nativos dizimados. Por séculos, isso foi perpetrado através do extrativismo que drenou recursos naturais da periferia do sistema para os países centrais, sustentando o desenvolvimento capitalista. Atualmente, em função da ascensão do neoliberalismo e a reorganização mundial do trabalho, o Brasil passou por um processo de desindustrialização e comoditização de sua economia.

A questão fundiária é considerada por diversos teóricos, o ponto central da degradação do meio ambiente (Löwy, 2014; Wallace, 2020, Gudynas, 2019; Lourenço, 2019), sendo que a principal causa dos desmatamentos na Amazônia é a atividade agrícola (RIVERO ET AL., 2009; ARIMA; BARRETO; BRITO, 2005). Somente na primeira década do século XXI, estima-se que 30% do desmatamento no país tenha ocorrido em função das atividades do agronegócio, especialmente o plantio de soja e a pecuária, também responsáveis pela emissão de cerca de 2,7 toneladas de carbono na atmosfera.

A divisão internacional do trabalho passou por uma reorganização que pôs fim ao período de industrialização da economia na América Latina ocorrida entre as décadas de 1930 e 1970. Em decorrência de mais uma das recorrentes crises do capital, a região adotou um padrão exportador determinado pela especialização produtiva apoiado na mineração, extração de petróleo e derivados e, especialmente, *commodities* agropecuárias (OSÓRIO, 2012). Desta forma, a acumulação de capital desloca-se para o exterior através do controle de vantagens comparativas naturais que conduz à uma reprimarização da economia graças à desinustrialização (DELGADO, 2012; FIRMIANO, 2020).

Assim, por força das novas condições de acumulação/valorização encetadas pela mundialização do capital, e em razão do lugar ocupado pelo Brasil na estrutura global do capital, o setor primário, e particularmente os agronegócios, passou a dispor de um lugar permanente no bloco de poder de todos os governos que emergem desde a última redemocratização (FIRMIANO, 2020).

### **Desmonte socioambiental: o projeto bolsonarista e a destruição da natureza**

O Brasil, assim como parte considerável da América Latina, passou por uma fase progressista, a Maré Rosa, durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2002 e 2016, o país foi governando por Luis Inácio Lula da Silva, que completou dois mandatos e retorna para um terceiro em 2022, seguido de Dilma Rousseff,

a primeira mulher a assumir o cargo no Brasil e que teve seu segundo mandato interrompido após um golpe que levou ao seu impeachment. Apesar de progressistas, os governos do PT foram marcados pelo tom conciliador, que buscava favorecer tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia (FERNANDES, 2019). Em relação ao meio ambiente, apesar da grande redução nas taxas de desmatamento, o período foi marcado por obras controversas, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e no Rio Madeira, na fronteira com a Bolívia.

Com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, seu vice, Michel Temer, assume a presidência e logo cede ao bloco ruralista iniciando o processo de desmonte de políticas ambientais que alcançam seu ápice através de seu sucessor, Jair Bolsonaro. Ainda sob o governo Temer, inicia-se a liberação de um número crescente de agrotóxicos e as taxas de desmatamento voltam a subir. Além disso, concedeu anistia a multas ambientais e flexibilizou as características de trabalho escravo. Como resultado, iniciou-se uma crescente de violência no campo que, ainda em 2017, já colocava o Brasil no topo do ranking mundial de países mais perigosos do mundo para ambientalistas e ativistas sociais.

Jair Bolsonaro assumiu a presidência do país em 2019 e, logo início de sua gestão, iniciou o processo de desmonte das políticas ambientais, intensificando algumas das ações tomadas por seu antecessor, Michel Temer, e, principalmente, criando novas. Assim que assumiu, Bolsonaro reduziu para dezesseis o número de ministérios, enfraquecendo alguns em detrimento de outros. Um dos beneficiários foi o Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – concedido à Tereza Cristina, do Democratas, também conhecida como “a musa do veneno” em função da PL 6.299/2002, a PL do Veneno.

Logo no primeiro dia de governo, o Mapa passou a ter controle sobre a identificação e demarcação de terras indígenas, antes função da Funai – Fundação Nacional do Índio. No dia seguinte, o Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento também passou a gerenciar o SFB – Serviço Florestal Brasileiro – antes vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável pelo levantamento de dados sobre preservação ambiental em imóveis rurais e se responsabilizar pelo licenciamento ambiental, que poderia atingir povos indígenas. Em apenas dois dias terras indígenas e assuntos relacionados à preservação ambiental foram postos nas mãos do Agronegócio. Após anos de disputa, ruralistas, os maiores responsáveis pela destruição ambiental e

emissão de gases de efeito estufa país, finalmente obtiveram a possibilidade de controlar territórios tradicionais e terras públicas.

Além disso, Ibama e ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – foram transferidos para o Mapa, implicando um controle estrito dos ruralistas sobre suas atividades. Um exemplo desse impacto ocorreu durante as queimadas do Pantanal em 2019. Os cortes de verba e desmonte do Ibama impediram a fiscalização da região ocasionando um número elevado de queimadas iniciadas por ação humana. Além disso, o governo, além de não enviar auxílio ao combate do fogo, não promoveu qualquer ação em relação à reparação das áreas destruídas.

O MMA - Ministério do Meio Ambiente -, foi designado à Ricardo Salles, do Partido Novo. Além de esvaziar o Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente -, reduzindo de 96 para 22 integrantes, trabalhou intensivamente na revisão de áreas sob proteção e sua classificação, agindo de forma a revogar decretos que criaram áreas de conservação ambiental em diversos biomas do país. Salles, além da atitude negacionista em relação à destruição ambiental, se tornou figura de inúmeras polêmicas.

“A gestão estatal dos agronegócios, da agricultura familiar, dos territórios indígenas e quilombolas e a governança ambiental passou, pois, à trinca do agronegócio, representada pelas forças mais conservantistas do mundo agrário brasileiro: Tereza Cristina, Ricardo Salles e Nabhan Garcia (FIRMIANO, 2020, p. 371).

Em maio de 2019, o combate ao desmatamento e queimadas na Amazônia passou a ser responsabilidade das Forças Armadas enquanto que órgão de fiscalização, como o Ibama, tiveram redução drástica no seu orçamento. Com a baixa fiscalização resultante da crise orçamentária e do “combate” realizado pelas forças armadas, o desmatamento aumentou, chegando a um recorde histórico no mês de agosto. O INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – registrou aumento de 278% no desmatamento em relação ao mesmo mês do ano anterior. Sob ataque do governo sob a acusação de conluio com ONGS para a publicação de um falso relatório, o então diretor do instituto, Ricardo Galvão, renomado físico brasileiro e membro da Academia de Ciências Brasileiras, se posicionou em defesa da ciência, contrapondo os ataques deferidos pelo presidente do país, o que lhe rendeu demissão do instituto. Ainda em 2019, Galvão foi nomeado pela revista *Nature* como um dos dez cientistas mais importantes do ano. Dois anos depois, recebeu o prêmio *Scientific Freedom and Responsibility Award* pela AAAS – *American Association for the Advancement of Science* pela defesa da ciência contra negacionismo praticado por Bolsonaro.

Em dezembro de 2020 ocorreu a maior apreensão de madeira extraída ilegalmente da história do país. Duzentos mil metros cúbicos de madeira, equivalente a cerca de 65 mil árvores de angelim, ipê, cumaru e maçaranduba, oriundos do Pará, estado localizado na Amazônia Legal, foram apreendidos pela Polícia Federal do Amazonas enquanto eram transportados em balsas pelo rio Madeira. Em abril de 2021, Ricardo Salles, então Ministro do Meio Ambiente, se reuniu com madeireiros em Santarém, no estado do Pará, para a análise de documentos. Salles, além de comprometer com a devolução parcial da madeira, ainda afirmou que a extração havia sido feita de forma legal, não havendo nenhuma irregularidade na carga apreendida.

Em maio do ano seguinte, a Operação Akuanduba, que fez buscas e apreensões em propriedades de Salles, apontou indícios de sua ligação com um esquema de extração e exportação ilegal de madeira. Além de Salles, Eduardo Bim, então presidente do Ibama, também foi apontado como cúmplice nos crimes de facilitação de contrabando e advocacia administrativa.

Em decisão do STF, assinada pelo Ministro Alexandre de Moraes, em 13 de maio de 2021, afirma-se a

existência de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais o qual teria o envolvimento de autoridade com prerrogativa de foro nessa Suprema Corte, no caso, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; além de servidores públicos e de pessoas jurídicas (STF, 2021).

No mesmo documento, afirma-se ainda que crimes ambientais foram cometidos pelo interesse privado em benefício de indivíduos empresários em detrimento dos interesses públicos. Além disso, o esquema facilitou a exportação ilegal através da criação de obstáculos para a fiscalização causando graves prejuízos ambientais. Salles foi exonerado cerca de um mês depois, em 23 de junho. Em seu lugar, Joaquim Álvaro Pereira Leite, herdeiro de uma tradicional família de cafeeiros de São Paulo, foi nomeado ministro. Leite está envolvido em uma disputa de uma área da Terra Indígena Jaraguá, entre São Paulo e Osasco, no estado de São Paulo. Fica claro que Salles foi exonerado não por ter se envolvido em esquemas de lavagem florestal, e sim pelo fato de ter sido descoberto. A indicação de Pereira Leite como substituto evidencia o projeto de desmonte ambiental do governo, que seguiu indicando ministros de capacidade duvidosa, preferencialmente envolvidos em polêmicas e esquemas com algum nível de ilegalidade.

A Tese do Marco Temporal é mais uma das mais recentes ameaças à existência dos povos originários brasileiros. Trata-se de uma tese com julgamento atualmente



suspensão no STF (Superior Tribunal Federal) que versa sobre o direito de demarcação e posse de TIs por parte de determinada etnia caso, até a data de promulgação da Carta Magna do Estado Brasileiro, ocorrida em 5 de outubro de 1988, houvesse manifestação de interesse e comprovação de habitação no território em questão. Em outras palavras, somente teriam direito à demarcação aqueles capazes de comprovar que aquele território era habitado por seus ancestrais antes de 1988.

A aplicação dessa interpretação aos processos de demarcação impede o reconhecimento de territorialidades indígenas de povos que resistiram a práticas de extermínio e genocídio que ainda existem até os dias atuais. Essa tese é um perigo eminente, que assombra os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil (LACERDA, 2022, p. 58).

É consenso entre juristas e especialistas que a tese é inconstitucional uma vez que a Carta Maior de 1988 concedeu aos indígenas direito à posse das terras tradicionalmente ocupadas de forma permanente. Carvalho (2022, p. 112) explica que “os territórios de usufruto exclusivo dos povos originários, segundo consta da Constituição Federal, são inalienáveis e indisponíveis e o direito sobre os mesmos, imprescritíveis, cabendo à União demarcá-los, protegê-los e fazê-los respeitar seus bens”. Segundo a autora, já prevendo possíveis equívocos na interpretação, definiu-se que TIs são territórios permanentemente habitados, utilizados para atividades de subsistência ou produção necessárias à preservação ambiental e reprodução social no que tange à cultura, tradições e costumes. Nos artigos 231 e 232 da Carta Magna, foram redigidos conceitos e detalhadas uma série de determinações a fim de garantir o direito à terra para povos originários já proibindo a ocupação com objetivo de exploração de recursos e posse por parte de outros agentes. Apesar dos direitos garantidos e assegurados pela Constituição Federal, os TIs seguem em disputa constante não apenas de forma judicial como a questão do Marco Temporal, ou política, como no caso da série de desmontes que possibilitam o avanço sobre estes territórios. A violência no campo segue sendo um dos grandes uma das grandes causas de extermínio dos povos originários na medida em que resistem contra a invasão dos mais variados setores - garimpeiros, latifundiários, madeireiros – que buscam o avanço sobre a terra e suas riquezas naturais por diversas frentes simultaneamente.

Portanto, o marco temporal como tese judicial discricionária, sem o devido amparo legal nas legislações interna e internacional, revela incongruências que violam os direitos que representam a luta de séculos de povos minoritários, partindo de uma Corte Suprema que não somente é guardiã da Constituição, mas que representa o dever do Judiciário brasileiro perante o reconhecimento jurídico e político das heterogêneas identidades étnico-culturais existentes no Brasil (BRABO; BENTES, 2020, p. 140).

Fernandes (2021), ao tratar de imperialismo ecológico, sintetiza a agenda antiecológica do governo Bolsonaro através de um tripé de degradação ecológica: armas, vírus e soja. Segundo a autora, as três questões estão interseccionadas no que tange ao projeto governamental. A flexibilização no porte de armas de fogo, juntamente com um discurso de ódio e violência culminam na presença massiva das Forças Armadas em cargos importantes do governo, especialmente à frente de ministérios e o aumento da violência no campo. Um exemplo recente foi a publicação de uma imagem pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência – Secom - no dia 28 de julho de 2021, dia do Agricultor. A imagem mostra um jagunço armado representando um agricultor em uma clara mensagem de incitação à violência no campo.

No que tange ao elemento “vírus” do tripé elaborado por Fernandes (2021), o posicionamento de descaso em relação à disseminação do coronavírus entre a população, o atraso na negociação de vacinas, a falta de medidas em relação à população de baixa renda que causou o crescimento da insegurança alimentar e o retorno do Brasil ao mapa da fome e a disseminação de *fakenews* e movimento antivacinação, favorecem a distração da população e da mídia em relação a medidas tomadas em paralelo. A exemplo, o caso já abordado da fatídica reunião ministerial em que o termo “passar a boiada” se tornou sinônimo do projeto de destruição ambiental do governo.

A questão da soja, terceiro elemento do tripé supracitado, está relacionada com diversos agentes do governo que vão desde as “canetadas” de Salles até a agenda do Mapa. O desmatamento da Amazônia, assim como Cerrado e do Pantanal, estão diretamente relacionados com a produção de soja e, conseqüentemente, à criação de animais para abate. A soja é o produto agrícola mais produzido e exportado no país. Além disso, também é o que tem a maior quantidade de sementes geneticamente modificadas e o maior uso de agrotóxicos em sua cultura. 65% dos agrotóxicos utilizados no país correspondem a apenas três tipos de produção: soja, milho e algodão – todos com altos índices de sementes geneticamente modificadas. Destes 65%, 71% são utilizados na soja. No entanto, o uso de agrotóxicos não se relaciona ao aumento da sua produtividade. Pelo contrário, as sementes geneticamente modificadas são desenvolvidas para aumento da resistência à herbicidas, ou seja, são projetadas para resistirem ao uso exponencial de agrotóxicos (BRUNO, 2009; FIRMIANO, 2020).

No mais recente relatório publicado por Larissa Bombardi (2021), fica evidente a relação entre desmatamento, plantio de soja e aumento no uso de agrotóxicos. Segundo o relatório, as áreas na Amazônia Legal em que o uso de pesticidas aumentou, coincide com

a área de aumento do desmatamento e de plantação de soja. A flexibilização no registro de agrotóxicos, sendo a maioria deles de uso proibido na União Europeia, evidencia o papel do Brasil na economia mundial como exportador de commodities, ou seja, na transferência de riqueza natural para países do Norte Global – enquanto importa tecnologia e produtos já obsoletos, e, neste caso, proibidos.

É evidente que o governo Bolsonaro relacionou questões ecológicas como um impedimento para o crescimento do capital. Neste cenário de desmonte ambiental, o agronegócio cresceu 24,31% em 2020, obtendo lucros recordes. Enquanto que uma parcela ínfima da população acumula cada vez mais capital através da destruição de recursos naturais, a insegurança alimentar volta a ser um problema no país.

Neste cenário, os Povos da Terra (Leff, 2021), reconfiguram a luta de classes em uma disputa para além de territórios. A luta é pela soberania, pela cultura e identidade, pelo direito de gerir seus recursos e saberes, suas cosmovisões e, em última escala, pelo direito à vida. O debate sobre sustentabilidade necessariamente passa pelos povos originários:

No Sul do mundo – na periferia e no subdesenvolvimento do processo de globalização -, precipitam-se tempos históricos que revivem no campo da ontologia política, fundamentada em uma ontologia da vida em que se emancipa a diversidade cultural do gênero humano propondo o desafio de *pensar aí*, com os movimentos sociais que hoje surgem em defesa das diversas formas do ser cultural, o futuro sustentável da vida no planeta (LEFF, 2021, p. 94, grifo do autor).

A ruptura metabólica entre sociedade e natureza aprofundou-se rapidamente naquela gestão. Destruição ambiental sem precedentes, pandemia devido a coexistência de um vírus altamente volátil e agressivo com desnutrição e insegurança alimentar, aumento dos índices de violência evidenciam o projeto do atual governo. A agenda é clara: através do autoritarismo, Bolsonaro buscou o controle cada vez maior da população, desarticulando e perseguindo movimentos sociais e minando qualquer forma de resistência, seja social ou administrativa, que facilitasse a conversão de riquezas naturais em mercadorias para exportação.

### **Territórios: a luta dos Povos Indígenas pela manutenção de seu modo de vida**

A luta dos povos indígenas brasileiros não é recente, pelo contrário. Data da virada do século XV para o XVI, momento em que a investida das grandes navegações convergiu para o oeste e os povos ibéricos atracaram suas caravelas no que hoje é conhecido como continente Americano. No Brasil, mais precisamente, este marco é o ano de 1500 quando

o explorador da coroa portuguesa, Pedro Álvares Cabral, encontrou as terras cujos espanhóis já haviam localizado poucos anos antes.

O contato dos portugueses com os nativos não poderia ter sido mais desastroso. Além da exploração, desterritorialização, violências de todos os tipos, os invasores ainda trouxeram consigo toda a sorte de doenças contagiosas às quais os organismos indígenas não tinham absolutamente nenhuma defesa. Estima-se que nos primeiros cem anos, a população indígena tenha sido dizimada em aproximadamente 80%. Dos 3 milhões de habitantes, cerca de 2 milhões localizavam-se no litoral do país e sofreram o primeiro impacto do contato com europeus. Este número foi decrescendo vertiginosamente nos séculos segundo, sendo que menor registrado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) foi em 1957 quando havia apenas 70 mil pessoas divididas em 305 etnias. A partir de então a população voltou a crescer tendo sido registrados no último Censo<sup>2</sup>, realizado em 2010<sup>3</sup>, a marca de 896,9 mil indígenas (IBGE, 2022).

Apesar da luta e resistência destes povos datar de 1500, foi na década de 70 que começou a se organizar o Movimento Indígena. Até então, as disputas e resistência eram travadas de forma individual por cada etnia uma vez que não havia repercussão midiática e as informações não chegavam às aldeias. Mundukuru (2012) relaciona o fato à conjuntura política decorrente da ditadura militar que teve início em 1964 e durou mais de 20 anos. Durante o regime de exceção, o objetivo político nacional era a integração dos povos indígenas com o restante da sociedade brasileira de modo que abandonassem sua identidade étnica. Esta estratégia tinha como intuito a tomada das terras indígenas e seus recursos naturais cuja exploração seria voltada ao crescimento econômico do país. Um movimento com traços similares acontece atualmente após a assinatura por parte da Funai (Fundação nacional do Índio) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) da Instrução Normativa Conjunta de 2021 que possibilita a produção agrícola em grande escala em TIs (Territórios Indígenas) tanto por seus habitantes quanto por associações com produtores de fora (Diário Oficial da União, 2021).

Em 1982 foi criada a UNI (União das Nações Indígenas) que contou com o apoio do Conselho Indigenista Missionário, um dos principais aliados destes povos durante a

---

<sup>2</sup> Recenseamento demográfico; conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação.

<sup>3</sup> Um novo Censo foi iniciado em 2022 mas não foi concluído até a data de publicação do presente artigo.

ditadura. Em 1988, três anos após o fim da ditadura militar, foi escrita a Constituição Federal ainda em vigor. Nela foi prevista a demarcação e reconhecimento de terras indígenas como papel do Estado. No entanto, pouco foi feito e esta segue como principal pauta do Movimento Indígena. Esta luta nem sempre se concentra unicamente na demarcação e frequentemente se torna embate físico, quando etnias inteiras precisam defender seu território contra a invasão de garimpeiros, madeireiros, invasores e até mesmo de doenças (TUXÁ, 2021).

Durante décadas, a exclusão e a violência contra os povos indígenas foram acentuadas pelo modelo desenvolvimentista do Estado brasileiro que possui seus alicerces em setores de grandes empreendimentos como a mineração, o agronegócio, hidrelétricas, rodovias, hidrovias e portos de exportação. Tal modelo intensifica a degradação do meio ambiente e vulnerabiliza ainda mais os povos que vivem e dependem das terras indígenas (BARÉ, 2021, p. 56).

O território torna-se assim a questão central nas lutas dos povos originários pois condiciona seu modo de vida tanto materialmente quanto no que tange a suas cosmovisões. Para Luciano (2006, p.101), o conceito de território para as populações indígenas, não é apenas um espaço no sentido geográfico ou produtivo, mas também “o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos e tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva”. Sendo assim, a terra se torna o elo entre diferentes etnias, o ponto de convergência de suas lutas e resistência, mobilizando diferentes atores tanto interna quanto externamente. A importância do território está relacionada à própria manutenção do modo de vida uma vez que envolve diferentes camadas sociopolíticas e estruturais como educação, saúde, subsistência e conservação da natureza, além da manutenção de tradições, valores, espiritualidade e saberes ancestrais.

O território está ligado às suas manifestações culturais e às tradições, às relações familiares e sociais. Por conta disso, muitos povos indígenas brasileiros, como os Yanomami, os Baniwa, os Ticuna e os Guarani, mesmo suportando a separação limítrofe dos territórios nacionais distintos, vivem a coesão étnica histórica, e compartilham a mesma língua, os mesmos costumes, as mesmas tradições e um projeto sociocultural e político comum, sem a negação da consciência nacional subjacente ao Estado nacional (LUCIANO, 2006, p.102).

O Movimento Indígena se fortalece em torno do território pois a constante ameaça coloca em risco seu próprio modo de vida. Sua concepção de natureza perpassa pelo cuidado, respeito e subsistência, uma coexistência harmoniosa com outras manifestações de vida e isto, segundo Corrêa (2018), passa necessariamente pelo território.

A constante ameaça às TIs coincide com novas formas de negação de direitos territoriais previamente conquistados que buscam fazer uso do próprio aparato estatal

para este fim. O Marco Temporal é o mais recente exemplo desta articulação política cujo intuito é a desterritorialização dos povos originários em benefício dos mesmos agentes que avançam sobre estas terras: garimpeiros, madeireiros e latifundiários. Para Tuxá (2021, p. 31) “falar de genocídio indígena é indissociável da discussão dos direitos territoriais e das tentativas sucessivas de desautorizar sujeitos indígenas em relação a esse direito”.

Tuxá (2021, p. 24) ainda defende que a violência contra a população indígena é parte do projeto de sociedade brasileiro, possuindo caráter estrutural. Para ele, a opressão destes povos não pode ser separada do “modus operandi dos poderes políticos centralizados” instituídos no país. Exemplificando, apesar dos inúmeros relatos de massacres nos últimos anos, somente o Boca de Capacete, ocorrido contra os Tikuna em 1988, e de Haximu, contra os Yanomami em 1993, foram reconhecidos e julgados como genocídio pelo Estado brasileiro.

Citando Aimé Césaire (2010), Tuxá (2021) ainda discorre sobre a forma que o genocídio tomou no imaginário político. Genocídio é facilmente reconhecido quando a vítima é branca e europeia. Neste sentido, quando as atrocidades cometidas por europeus nas colônias passaram a ser cometidas em seu próprio território durante o regime nazista e as vítimas deixaram de ser negros e indígenas e passaram a ser o homem branco é que foram criminalizadas. Ou seja, os crimes não foram as ações em si, mas o fato de terem sido cometidos contra o sujeito branco europeu.

Neste sentido, o não reconhecimento da violência contra o indígena converge para uma tentativa de apagamento de sua individualidade assim como aconteceu durante a ditadura militar. Se o sujeito é despojado de sua individualidade, intrinsecamente relacionada ao seu território, ao ser integrado ao restante da sociedade, pode ser também desterritorializado. A perda simbólica da individualidade é instrumento para a tomada de suas terras.

O reconhecimento do direito diferenciado aos povos indígenas é fundamental para a luta por autonomia e pela reafirmação positiva das identidades étnicas como símbolo de alteridade e autoafirmação humana, e principalmente para a recuperação da autoestima e autorrealização individual e coletiva (BARÉ, p. 58).

Apesar de existirem povos indígenas localizadas em todo o país, totalizando 13,8% do território nacional, 98,25% encontram-se na Amazônia, equivalendo 23% de sua extensão territorial. São 424 áreas que equivalem a 115.344.445 hectares (ALFRED, 2021). Devido à grande concentração de TIs na região, a Amazônia tornou-se

simbolicamente o palco de disputas e embates entre indígenas e invasores. Enquanto os povos originários se relacionam com a natureza a fim de conviver em harmonia, de acordo com sua cosmovisão, garimpeiros, madeireiros e latifundiários, buscam a exploração de suas riquezas para fins econômicos através de desmatamento, queimadas, envenenamento de águas e destruição da biodiversidade. Para alcançarem estes objetivos, precisam também erradicar aqueles que se opõem a este projeto, defendendo não somente o território e seu costumes, mas também a própria natureza.

O avanço sobre TIs não é recente, no entanto, durante a gestão do ex presidente Jair Bolsonaro, os processos se intensificaram devido ao apoio aberto à invasores como no desmonte de órgãos de proteção ambiental e social e na flexibilização da exploração dos territórios. Neste período, um quarto das TIs nacionais e um terço das localizadas na Amazônia tiveram algum processo de mineração registrado mesmo inexistindo regulamentação para isso, de acordo com a Agência Nacional de Mineração. Em decorrência disso, houveram uma série de invasões, massacres e aumento do genocídio dos povos indígenas.

O Instituto Socioambiental publicou em dezembro de 2022 uma nota técnica sobre o desmatamento na Amazônia Legal<sup>4</sup>. De acordo com o documento, entre agosto de 2021 e julho de 2022 foram desmatados 1.156.800 hectares e a taxa de desmatamento anual do governo Bolsonaro foi 59% maior que a média dos quatro anos anteriores (2015 – 2018). Deste total, 18,25% ocorreram em Áreas Protegidas (APAs) e as TI perderam no período 29.112,3 hectares de floresta. Em APAs, a média dos últimos quatro anos foi 94% maior que o período anterior e em TIs, o aumento foi de 157%.

Um dos territórios mais cobiçados é a Terra Indígena Yanomami (TIY). Sua luta, que data da década de 1970, é hoje amplamente conhecida, graças a seu representante, Davi Kopenawa, que desde jovem trabalha ativamente na defesa do território e na divulgação da luta contra invasores. Kopenawa, em parceria com Bruce Albert, é autor do livro “A Queda do Céu”, um relato de sua trajetória como xamã e líder político Yanomami na defesa do território e das cosmovisões de seu povo. A TIY ocupa 9,6 milhões de hectares em uma região próxima à fronteira com a Venezuela.

Em abril de 2022 foi publicado o relatório “Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combate-lo”. O documento elaborado pela Hutukara Associação Yanomami e pela Associação Wanasseduume Ye’kwana teve como

---

<sup>4</sup> Nota Técnica: A Geografia do Desmatamento na Amazônia Legal

objetivo a descrição do avanço do garimpo ilegal na TIY durante o ano de 2021. Segundo os autores, este é o pior momento desde a demarcação do território ocorrido há 30 anos. Em julho do mesmo ano, o geógrafo do Instituto Socioambiental apresentou na Câmara dos Deputados os números do relatório e afirmou que a TIY é palco de uma das maiores tragédias humanitárias do país marcada não apenas pelo garimpo ilegal, mas também pela violência sexual, mortes, desnutrição infantil, aumento de casos de malária, desmonte de postos de saúde (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Na segunda quinzena de janeiro de 2023, o governo do presidente Lula, que havia tomado posse no dia primeiro, iniciou a primeira etapa de um projeto para melhora da qualidade de saúde da população indígena. O Ministério da Saúde, em parceria com entidades civis, organizou uma missão na Terra Indígena Yanomami a fim de verificar a situação na região (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023). Apesar de já haver ciência da necessidade de auxílio àquela população, o cenário encontrado foi significativamente mais grave do que o previsto.

A crise na saúde indígena é uma preocupação da gestão desde o levantamento de dados durante a transição de governo. Por isso, a missão foi enviada a Roraima logo nos primeiros dias de janeiro. O documento produzido após o trabalho foi o primeiro passo rumo à reparação de um quadro que todos os profissionais definem como ‘cenário de guerra’ (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

No dia 16 de janeiro, Sônia Guajajara, Deputada Federal eleita pelo PSOL, tomou posse do recém criado Ministério dos Povos Indígenas sendo a primeira ministra indígena na história do país. Dois dias depois, a Funai recebeu um novo nome: de Fundação Nacional do Índio, passou a ser chamada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Com os rumores da gravidade da situação do povo Yanomami, o Ministério da Saúde envia em 19 de janeiro uma expedição para diagnosticar a situação daquela população. No dia seguinte, relatos e informações começam a ser divulgadas. Estima-se que mais de 570 crianças da etnia Yanomami tenham perdido a vida durante os quatro anos da gestão Bolsonaro.

Devido a gravidade da situação, no dia 21 de janeiro, o presidente Lula e a Ministra Sônia Guajajara, vão ao encontro da equipe a fim de verificar pessoalmente a situação. No dia seguinte, o Governo Federal declara Emergência em Saúde Pública na TIY (Terra Indígena Yanomami).

A missão foi encerrada antecipadamente para providenciar atendimento à população. Segundo o relatório elaborado pelo Ministério da Saúde (2023), a situação em toda TIY era de insegurança, desnutrição, falta de estrutura, medicamentos e



profissionais. Em função das ameaças, sete polos de atendimento foram fechados. O relatório concluiu que a maior causa dos óbitos é a desnutrição

No mesmo dia, o ministro da Justiça, Flávio Dino, determina a apuração dos crimes de genocídio e destruição ambiental pela PF e já no dia seguinte, é noticiado que Damares Alves, ministra de Bolsonaro, solicitou que fossem vetados leitos de UTI e abastecimento de água à população indígena durante a pandemia. Além disso, Bolsonaro ignorou 21 pedidos de ajuda vindos das organizações Yanomami que relatavam a situação e solicitavam ajuda governamental. Enquanto ignorava os pedidos de ajuda, Bolsonaro facilitou o avanço do garimpo ilegal além de tentar liberar a mineração nos territórios indígenas.

Para além do descaso, é evidente que houve planejamento e projeto político com intuito de avanço sobre as riquezas naturais. Para isso, seria necessário passar sobre os sujeitos que atuam na linha de frente e oferecem a maior resistência contra os avanços do garimpo e agronegócio: as populações indígenas. Não é por acaso que os órgãos de proteção e fiscalização ambiental foram desmantelados ou colocados aos cuidados das forças armadas. Da mesma forma, não é por acaso que parte da verba que deveria ser destinada à saúde indígena foi destinada a uma ONG evangélica (Missão Caiuá) que recebeu R\$872 milhões não entrou nenhuma vez em TIs durante a gestão bolsonarista (O GLOBO, 2023).

## **Conclusão**

Em um contexto de destruição ambiental massiva, genocídio e ecocídio, as lutas dos povos originários vêm tomando centralidade na luta pela sobrevivência da espécie. Para além da luta de classes, estamos em um momento crucial de luta pela sobrevivência humana. A luta dos povos tradicionais, iniciada, nas Américas, há mais de quinhentos anos, é ressignificada e se torna um marco civilizatório.

O espaço que o Brasil ocupa na organização mundial do trabalho o posiciona como provedor de commodities, exportador de riquezas naturais em um processo de imperialismo ecológico que segue drenando riquezas naturais do sul global para países centrais. Esse processo incentiva a investida de setores econômicos sobre bens naturais, sendo o único valor atrelado à natureza, o econômico. A floresta se converte em pasto para criação de gado ou em monocultura, os rios revirados e contaminados na busca por minérios, os povos que habitam e defendem estes espaços, violentados e exterminados.

Com a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja política foi tanto de omissão generalizada quanto de estímulo à ilegalidade ambiental (Instituto Socioambiental, 2022), os avanços já em curso pela ordem neoliberal, cresceram exponencialmente. Além de destruição ambiental, o projeto político em questão perseguiu e incentivou ataques a populações indígenas.

Apesar de os processos de avanço sobre áreas de conservação e TIs terem aumentado em todo o país, o maior impacto foi na Amazônia em decorrência da concentração de recursos visados por invasores e também por sua extensão territorial. O impacto da degradação ambiental e social expostos no presente artigo evidenciam a gravidade da situação. A Amazônia se tornou palco de mais uma tragédia humanitária envolvendo povos originários e espaço simbólico da resistência do Movimento Indígena.

O desmonte de políticas públicas ambientais e relacionadas aos povos originários são parte de um conjunto de estratégias que visam a desterritorialização desta população em prol de grupos invasores para acumulação de capital. Grupos estes, aliados e apoiadores do ex presidente, cuja retórica antes e durante o mandato se concentrou em incitação ao ódio e à violência, incentivo e flexibilização do uso de armas de fogo, discursos de ódio a minorias e movimento sociais.

Frente aos avanços sobre seu território, ameaça ao seu modo de vida e destruição da natureza, os povos indígenas se convertem na principal forma de resistência aos avanços do capital. São eles os sujeitos na linha de frente, combatendo tanto física quanto em um sentido de agitação e propaganda, a destruição ambiental que afeta toda a população mundial.

A Amazônia é peça fundamental na desaceleração da crise climática e seus principais protetores, os guardiões da floresta, estão sendo dizimados. Cada vez mais é preciso compreender que a luta do Movimento Indígena é também uma luta pela manutenção da espécie humana. Se seus direitos não forem assegurados, se seus territórios e modo de vida não forem preservados, a Floresta Amazônia não resistirá. Como diz Davi Kopenawa (2019), o céu irá cair e não serão somente os povos indígenas que sofrerão, mas sim, todos os povos.

É necessário compreender a cosmovisão destes povos, que há séculos vivem de maneira harmoniosa com a natureza, a fim de buscar, através de uma práxis revolucionária, um caminho que conduza para fora da crise sistêmica atual. É preciso aprender e engajar nesta luta que intersecciona a crise climática, a crise político-

econômica e crise humanitária. Caso contrário, como diz Krenak (2019), seguiremos em guerra.

Nós estamos em guerra. Eu não sei por que você está me olhando com essa cara tão simpática. Nós estamos em guerra. O seu mundo e o meu mundo estão em guerra, os nossos mundos estão todos em guerra. A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é para a gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo (KRENAK, 2019).

## Referências

Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante. Autonomia Literária.

Arima, E.; Barreto, P.; Brito, M. (2005). *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Baré, S. (2021). *Território, luta e resistência: uma abordagem a partir da ciência dos povos indígenas*. In: Genocídio indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória. Instituto de Políticas Relacionais.

Bombardi, L. M. (2021). *Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union*. The Left group in the European Parliament.

Brabo, W; bentes, N (2020). A inconveniência e a inconstitucionalidade do marco temporal estabelecido sobre terras indígenas pelo supremo tribunal federal. *Revista de Direito Brasileira*. Vol. 26 No 10, May./Aug.

Bruno, R (2009). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Mauad X; Seropédica: Edur.

Câmara dos Deputados (2022). Terra Yanomami é palco de tragédia humanitária dizem especialistas. <https://www.camara.leg.br/noticias/898328-terra-yanomami-e-palco-de-tragedia-humanitaria-dizem-especialistas/>.

Césaire, A (2010). *Discurso sobre o colonialismo*. Imprensa Universitária/U FSC, 2010.

Corrêa, C. N. (2018). O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília.

Delgado, G. C. (2012), *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Editora da UFRGS.

Diário Oficial da União (2021). Instrução Normativa Conjunta No 1.  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-22-de-fevereiro-de-2021-304921201>

Fernandes, S. (2019). *Sintomas Mórbidos: encruzilhada da esquerda brasileira*. Autonomia Literária.

Fernandes, S. (summer 2021) . Ecological Imperialism and Jair Bolsonaro's Agenda in Brazil. *NewPolitics* Vol. XVIII No. 3, Whole Number 71.

Firmiano, F. D. (jun. 2020). Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres? O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 2, p. 364-387.

Foster, J. B (2016). Marxism in the Anthropocene: Dialectical Rifts on the Left. *International Critical Thought*: v. 6.

Foster, J. B (2020). *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. Monthly Review Press.

Gudynas, E. (2019). *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Editora Elefante.

IBGE, 2022. *População Indígena*. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>

Instituto Socioambiental (2022). *Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*.  
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>

Instituto Socioambiental (2022). *A geografia do desmatamento na Amazônia Legal*.  
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/geografia-do-desmatamento-na-amazonia-legal>.

IPCC (2021). <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>.

Kopenawa, D.; Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). *Guerras do Brasil*. Doc.

Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.

Leff, H. (2021). *Ecologia Política: da destruição do capital à territorialização da vida*. Editora Unicamp.

Lourenço, D. B. (2019). *Qual o valor da natureza?* uma introdução à ética ambiental. Editora Elefante.

Löwy, M. (2014). *O que é ecossocialismo?* Editora Cortez.

Luciano, G. J. S (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional.

Ministério da Saúde. *Relatório Yanomami*. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomamiversao\\_FINAL\\_07\\_02.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomamiversao_FINAL_07_02.pdf). Acesso em 25/02/2023.

Ministério da Saúde. *Ministério da Saúde envia equipes para elaborar diagnóstico sobre território Yanomami*. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/ministerio-da-saude-envia-equipes-para-elaborar-diagnostico-sobre-territorio-yanomami>. Acesso em 20/02/2023.

Munduruku, D. (2012). *O Caráter educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990)*. Editora Paulinas.

Osorio, J. (2012). *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*. In: Ferreira, C.; Osorio, J.; Luce, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Boitempo.

Pompéia, C. (2020). Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, nº 104.

Rivero, S.; Almeida, O.; Ávila, S.; Oliveira, W. (2009). Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

Tuxá, F. (2021). *Negacionismo histórico e genocídio indígena no Brasil*. In: *Genocídio indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória*. Instituto de Políticas Relacionais.

Wallace, R. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante.